

O SESQUICENTENÁRIO DA MISSÃO ARTÍSTICA FRANCESA — 1816-1966 (*)

ADOLFO MORALES DE LOS RIOS FILHO

ANTECEDENTES E CONSEQUENTES — A INFLUÊNCIA FRANCESA NO RIO DE JANEIRO

Ocorrerá dentro de dois dias a data que assinala o sesquicentário da fundação da Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, que viria a converter-se em Academia Imperial das Belas Artes e, após, em Escola Nacional de Belas Artes.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — cenáculo onde se cultua a verdade e não tem guarida o esquecimento — não poderia deixar transcorrer a efeméride sem assinalá-la de maneira jubilosa e sem reverenciar aqueles que contribuíram para a implantação, no Brasil, do ensino oficial das que o conceito tradicional qualificou como artes imanes do belo.

Assim pensou e decidiu quem, eminente Presidente Perpétuo deste Instituto, é honra e orgulho da nacionalidade: Sua Excelência Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

A sucinta apreciação a ser feita, ao mesmo tempo que ressalta a atuação dos missionários franceses, os entrosa com outros fatores: o meio citadino, as situações política e social, os homens que conheceram, as coisas que se lhes depararam. E, como envolvente, a presença da França; em decorrência da ação, e influência de personalidades do mais alto valor.

ANTECEDENTES DA VINDA DA MISSÃO

Ao encaminhar-se para a América Portuguesa, o Príncipe Regente D. João salva a Coroa, mantém o prestígio da Realeza e

(*) Conferência realizada a 10 de agosto de 1966.

imprime tão acéntuado impulso ao Brasil que o lança cem anos, pelo menos, para a frente.

No seu aprêço e íntimo desejo de nêle permanecer — por sentir-se feliz — o Príncipe cria todos os órgãos necessários à existência de um Estado-Soberano e lança os fundamentos de várias, indispensáveis e úteis instituições. E para completar o quadro destas faz incluir a peculiar ao ensino artístico.

Dentre os homens que rodeavam o Príncipe, ajudando-o a virtualmente organizar o que viria a ser — pela sucessão dos acontecimentos — o Brasil-Nação, se contava um verdadeiro estadista: o Conde da Barca, D. Antônio de Araújo de Azevedo. Representava no govêrno a corrente de tendência francesa, em oposição à corrente inglêsa, chefiada pelo Conde de Linhares.

O Conde da Barca, ministro de muitas pastas — de 1814 a 1817 — sugere o contrato de artistas, cientistas e artífices para virem ensinar numa escola que abrangesse as respectivas especialidades. O Príncipe Regente o apoia. O Marquês de Marialva, Embaixador Extraordinário junto à Côrte de Luís XVIII, inicia os entendimentos indispensáveis. Coube ao Encarregado de Negócios, José Maria de Brito, concluí-los com Joachim Lebreton, secretário perpétuo da Classe de Belas Artes do Instituto Real da França. Como aquêlê Rei representava a Restauração, os bonapartistas tinham caído em desgraça. E Lebreton era um dêles. Reúne em tórno de si renomados artistas que estavam, política e econômicamente, em situação idêntica, bem como provetos auxiliares e artífices, que viriam formar a historicamente conhecida como Missão Artística Francesa. Não foram pequenos os entraves opostos pelo govêrno francês para o embarque dos que aceitavam verdadeiro exílio, mas esperançosos de, no Brasil, gozarem da tranqüilidade que lhes era negada na Pátria e virem a emprestar as luzes de seus talentos e capacidades à transformação que no mesmo estava sendo operada.

Por fim, ficara organizada a Missão. Todos os seus componentes possuíam as melhores credenciais, hoje sobejamente conhecidas. O chefe era Lebreton. Para ensinar pintura histórica vinha Jean-Baptiste Debret, figura tão lembrada na atualidade. O ensino da arquitetura caberia a Auguste-Henri-Victor Grandjean de Montigny. Para assumir o cargo de pintor de paisagem ninguém melhor do que Nicolas-Antoine Taunay. O escultor Auguste-Marie Taunay, irmão e filho adotivo de Nicolas-Antoine, teria a incumbência de fazer progredir a sua arte, não só na feitura de bustos, como também na estatuária profana, e divulgar o baixo

relêvo. Para ensinar gravura de medalhas estava credenciado o abridor Charles-Simon Pradier. Vários ajudantes de professores completavam o elenco artístico. Visando atender ao ensino de artes e ofícios elementares e contribuir para o desenvolvimento da indústria, alguns técnicos compunham o quadro suplementar. Dentre os mesmos destacavam-se François Ovide, especialista em máquinas, e Jean-Baptista Level, perito em obras de ferro e de construção naval.

PARTIDA E CHEGADA DA MISSÃO

A 22 de janeiro de 1816 os missionários partem de Havre de Grace, a bordo do barco americano *Calpé*.

Depois dos longos dias de um mês de viagem — durante os quais seus seres se inundavam de esperanças e os cérebros fervilhavam de projetos — transpõem a barra da Guanabara a 26 de fevereiro.

Apoiados nas amuradas, deslumbrados por certo ficaram com o cenário majestático que, diminuindo o tamanho do veleiro, lhes aumentava minuto a minuto a admiração por uma natureza tão colorida, rica e original. E tão diferente da que tinham deixado na velha e querida Lutécia.

O Príncipe Regente D. João os recebe com benignidade e ordena que fôssem aposentados e mantidos à custa do Real Erário.

A escolha de prédios para o acolhimento dos missionários não teria sido fácil para o governo, porquanto a cidade estava superlotada com a multidão que acompanhara a Côrte. Lebreton ficou primeiro na Rua da Vala e, depois, instalado numa chácara da subida do morro da Glória. Os Taunay talvez tivessem ficado mal instalados na Pedreira da Glória, pelo que preferiram transferir-se para o Alto da Boa Vista. Em breve, teriam na Cascatinha a companhia do Príncipe de Montbeliard, Baronesa Rouen e Condes de Scey e de Gestas.

Na cidade, tudo foi nôvo para os recém-chegados: usos, costumes, indumentária, meios de transportes, negócios, mercados. Eram aspectos até então desconhecidos e, para êles, extremamente curiosos. Entravam em contato com uma população heterogênea, constituída de portugueses, filhos de portugueses, brancos de outras nacionalidades, mestiços e negros. O total de habitantes estava computado em 75.000, pois aos 60.000 existentes em 1808, tinham sido acrescidas de 12 a 15.000 pessoas vindas com a Côrte. O

número de escravos se apresentava grande, admitindo-se que em 1808 constituíam a metade da população.

Alinhada de encontro às praias, a cidade — pequena em extensão — se distendia ao longo de estreitas ruas, sinuosos caminhos, becos e travessas, travessas de becos e becos sem saída. Calçamento: o melhor, chamado de pé-de-moleque. Mas constatariam que o governo facilitava o surgimento da Cidade Nova e que a Lapa, o Catete, Laranjeiras e Botafogo progrediam, surgindo inúmeras e interessantes casas de chácaras. Lagoas, pântanos e mangues: a granel.

Os edifícios apresentavam feição absolutamente utilitária, nada havendo que obedecesse às características de um estilo. A quase inexistência de grandes edifícios — pois limitados em número ao Paço dos Vice-Reis, ao da Boa Vista, Teatro de São João, Quartéis do Trem e do Campo de Santana — por certo arquitetonicamente não lhes chamaria a atenção. Entretanto, não lhes teriam passado despercebidos os Arcos da Carioca e o Passeio Público. Na arquitetura, o valioso, o importante estava representado pelos Templos. Nêles, o barroco, o barroquismo, o churrigueirismo, o plateresco, algum rococó, um exemplo de jesuítico, uma pintura que chegara à espacialidade, uma estatuária sacra de rara pujança, uma torêutica avançada ou o incêndio de ouro dos revestimentos e as originais côres de palhetas várias — testemunhavam o valor de engenheiros militares, arquitetos e artistas da Colônia e da época dos vice-reis.

Não havia no Rio de Janeiro um deserto de homens. Existiam personalidades brasileiras de valor intelectual ou artístico. No campo da história se contavam o Padre Luís Gonçalves dos Santos e Monsenhor José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo. A oratória sacra estava representada pelo insigne Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio. Silvestre Pinheiro Ferreira constituía a figura do publicista. Em outras searas: Mariano José Pereira da Fonseca (depois, Marquês de Cairu), na jurisprudência, economia e filosofia; Antônio Luís Pereira da Cunha (depois Marquês de Inhambupe), na magistratura; o Dr. Manuel Vieira da Silva, médico da Real Câmara e Físico-Mor do Reino. Nas artes: Padre José Maurício Nunes Garcia, excepcional compositor musical; Leandro Joaquim, arquiteto e pintor; Raimundo da Costa e Silva e Manuel Dias de Oliveira Brasiliense, pintores. Na arquitetura, José Domingos Monteiro, Pedro José Pezerat e João da Silva Moniz; todos militares.

Na órbita governamental gravitavam homens do alto teor dos Condes da Barca, de Linhares, dos Arcos e de Palmela, do Barão de São Lourenço ou do Desembargador do Paço Tomás Antônio de Vilanova Portugal (que mais tarde se revelaria, quando ministro, dúbio em relação aos missionários).

A tradição de uma cultura militar francesa, proporcionada pela difusão de textos, vigorava desde a fundação, ao tempo dos vice-reis, da aula de fortificação e do seu desdobramento em aula de francês para oficiais de infantaria. Recurso êsse de, pela escassez de oficiais engenheiros, poderem os infantes estudar para o exercício da engenharia. A mesma influência era de notar na Academia Real Militar, fundada por D. João VI.

Ainda mais: entre os corteزãos portugueses e os poucos brasileiros que até então tinham estudado na Europa, se constatava a existência de uma cultura de base francesa.

A influência francesa igualmente se fazia notar pela existência de trezentos e tantos comerciantes e oficiais, mecânicos, disseminados pelo centro citadino, sendo que cinqüenta na Rua do Ouvidor.

Por sua vez, personalidades francesas, vindas com a Côrte, representavam sobrenomes que viriam a manter-se vivos na história do Brasil e, particularmente, na do Rio de Janeiro. Tais foram: os Beaurepaire, Escragnolle e Bellegarde. O mesmo aconteceria com Guillobel, chegado três anos após.

PORQUE MISSÃO FRANCESA E NÃO PORTUGUESA

De Portugal não poderiam vir os arquitetos de que o Brasil passaria a necessitar, posto que, além de poucos, não eram notáveis. Ramalho Ortigão assim afirmou.

A Casa do Risco, destinada a formar desenhistas e arquitetos, recrutados entre os oficiais da Casa Militar do Príncipe Regente, fechara as portas após o embarque dêste para o Rio de Janeiro. Sem alunos, poucos professores ou mesmo em precário estado, mourejavam a aula régia de Desenho, a régia de Escultura e a Academia do Nu.

A DATA ÁUREA

Depois de seis meses de inatividade — menos Grandjean que já estava projetando o edificio do futuro estabelecimento — os missionários tomam conhecimento da criação, a 12 de agosto, da

Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios e da fixação das respectivas pensões. Entretanto, passar-se-iam quatro anos sem que nada de prático fôsse feito para fazer funcionar o estabelecimento. Inúmeros fatores locais contribuíram para isso: a morte do Conde da Barca, a falta de recursos em que se debatia o Erário Real, as levianas opiniões de homens contrários ao contrato dos insignes artistas, os intermináveis estudos para a organização dos Estatutos. A preocupação oficial ficou restrita à mudança do nome da instituição. E, assim, em 1820, teve dois: Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, a 12 de outubro; Academia das Artes, a 23 de novembro.

O último decreto, fazendo caso omissos dos anteriores, constituía o meio de encaixar no quadro docente um lente de desenho, o pintor Henrique José da Silva, como encarregado da direção das aulas, e Rafael Soyé, na qualidade de secretário. Ambos, portugueses e inimigos declarados dos franceses e, por isso, causadores de muitos dos males que os vinham afligindo. Soyé tinha ainda contra si o fato de ser filho de francês. Debret não o via com bons olhos; daí chamá-lo *Mauvais poète satirique*.

O quadro completo, da também chamada Academia e Escola Real, comportava os lentes Nicolas e Auguste Taunay, Debret e Grandjean de Montigny. No quadro, de cinco ajudantes, figuravam Marc e Zepherin Ferrez, notáveis escultores, vindos, em 1817, de Nova York.

Mas nada de funcionar o estabelecimento. Outros fatores, além dos anteriormente mencionados, vinham dificultando que isso ocorresse: as obras do edifício escolar continuavam em marcha lenta; a apatia dos departamentos oficiais, tudo retardava; as constantes mudanças de ministros geravam novas idéias e constantes soluções de continuidade. E se a agitação política provocada pela revolução pernambucana de 1817, impedira ao govêrno dedicar atenção ao nôvo estabelecimento, outros fatores políticos, igualmente contribuíram para isso: a revolução liberal portuguesa de 1820; a inquietação dominante nos anos que precederam a independência; a proclamação desta e as conseqüências daí decorrentes.

Dêsse modo, sômente a 5 de novembro de 1826 — data natalícia da Imperatriz Leopoldina — ocorre a inauguração da que recebera a definitiva denominação de Academia Imperial das Belas Artes. Mas no quadro docente fôra suprimido o cargo de professor de paisagem. Era a maneira de evitar que Felix Emilio Taunay preenchesse a vaga deixada pelo genitor ao voltar para a Europa.

Agindo dessa forma, o diretor Henrique José da Silva mais uma vez demonstrava a ogeriza que o avassalava. As inscrições de alunos foram auspiciosas: trinta e oito. E, destes, vinte e um em pintura.

AS PRIMEIRAS PERDAS

O abandono a que tinham sido votados os componentes da Missão e as dificuldades econômicas que lhes eram impostas pelo freqüente atraso do pagamento dos respectivos vencimentos, fizeram que, em 1818, o gravador Charles-Simon Pradier voltasse para a França. No Brasil abriam magníficas medalhas, servindo de exemplos as de D. João VI e do Conde da Barca. Deixou de formar discípulos, pois ainda não tinha sido iniciado o ensino oficial, haver pouco trabalho de medalhística e a gravura abranger, naquela época, somente as especialidades praticadas na Impressão Régia, Casa da Moeda e Arquivo Militar. Os três estabelecimentos, seja feita justiça, dotados de excelentes profissionais.

No ano seguinte falece Lebreton. Acabrunhado com a inatividade imposta à Missão e incomodado com a vigilância do cônsul francês Maler, adoece e entrega sua alma ao Criador no dia 9 de junho. Deixara estudos sobre história e ciências, ensaios biográficos e os capítulos iniciais de duas obras que começara a escrever.

Em começo de 1821, Nicolas-Antoine Taunay deixa o Rio de Janeiro a fim de retomar seu posto de Acadêmico do Instituto Real da França. Fazia-o em virtude dos desgostos que afetavam a vida dos colegas e pela nomeação de Henrique José da Silva, para diretor da Academia. Deixou no Brasil obras que o sagram como pintor incomum, pois executou retratos e quadros históricos, paisagísticos e mitológicos. O Museu de Belas Artes desta cidade e os do Louvre e de dez outras cidades da França, o Victoria and Adallert (de Londres) e o Ermitage (da antiga São Petersburgo), guardam muitas de suas esplêndidas obras. Os cinco filhos que trouxera da França, foram homens de valor no Brasil: Félix Emilio, futuro 2º Barão de Taunay; Hipólito, literato, poeta, historiador, professor e litógrafo; Augusto Maria Carlos, literato, jornalista, fundador do *Messenger du Brésil* (primeiro jornal francês no Rio de Janeiro) e lutador pela Independência com o posto de major; Teodoro, poeta, latinista, Cônsul da França durante quarenta anos; Amado Adriano, poeta, músico, habilíssimo desenhista da expedição Langsdorff (do Tieté ao Amazonas), no decurso da qual viria a encontrar a morte, ainda muito jovem, no rio Guaporé.

Perdurava aquela situação constrangedora imposta aos mestres franceses, quando o respectivo quadro viria a ser novamente desfalcado, em 1824, pela morte a 24 de abril do professor de escultura Auguste-Marie Taunay. Lecionando particularmente conseguira formar seis discípulos. Cândido Mateus de Farias e José da Silva Santos foram os de maior destaque. Poucas obras deixou, pois o trabalho lhe fôra escasso. Sua vaga deveria ter sido preenchida por Marc Ferrez, porém a nomeação recaiu em João Joaquim Alão. Era o resultado da aliança de Henrique José da Silva com o arquiteto da cidade Pedro Alexandre Cavroé, na campanha difamatória contra os colegas estrangeiros.

AÇÃO DE DEBRET

A partir da inauguração da Academia Imperial, a ação dos missionários — constantemente perturbada pelas tentativas de organização de novos Estatutos e de modificações das diretrizes que eles tinham traçado — foi sendo gradativamente sentida.

Cinco anos após aquela inauguração e quinze de sua chegada, Debret resolve voltar para a Europa em consequência da abdicação de D. Pedro I, de quem se tornara muito amigo, na qualidade de *Peintre Particulier de la Maison Imperiale Brésilienne*, conforme tivera a oportunidade de escrever. Ao embarcar, em companhia de seu discípulo Manuel de Araújo Porto-alegre, tinha a consciência tranqüila de, na qualidade de professor oficial ou privado, haver-se esforçado por melhorar o estudo da pintura e ter sido, profissionalmente, um inovador. Levava na bagagem os preciosos desenhos de sua *Voyage Historique et Pittoresque*. Formara doze alunos que honraram sobremaneira a arte pictórica; sendo que excepcionais foram — além de Araújo Porto-alegre — Francisco Pedro do Amaral, Simplicio Rodrigues da Silva, Augusto Müller e Alphonse Falcoz. Os trabalhos de Debret, existentes no Museu de Belas Artes, atestam o valor de sua técnica e a pujança do talento que possuía.

SIGNIFICADO DE UMA ÉPOCA PARA A ARQUITETURA

O período compreendido entre 1847 e 1851 — quando a Academia vai ficando desfalcada dos demais mestres franceses — se apresentava de grande prosperidade no Rio de Janeiro. A paz, no Império, ia sendo conquistada pela vigorosa ação guerreira do então Conde de Caxias; surgiam na cidade novas indústrias em

decorrência do aumento da população — a qual já atingia aos 270.000 habitantes — e do indispensável atendimento às suas necessidades; o café do vale do Paraíba produzia tanta riqueza que os fazendeiros erguiam no Rio de Janeiro as suas mansões. Solares, das grandes figuras da política e de abastados negociantes, enchiam tôda a cidade. As casas de chácaras aumentavam em número ou nas ampliações. O comércio francês predominava e melhorava as instalações. Os armarinhos desaparecem e surgem as vitrinas. As casas de fazendas e de modas, as de chapéu e de artigos de senhora, as coleteiras e espartilheiras, as perfumarias, cabeleireiros e cabeleireiras, os alfaiates, as sapatarias, mais afamadas — eram de franceses. A Rua do Ouvidor era tôda uma via parisiense. *On se croirait Rue Vivienne!*, exclamou um viajante ao deparar com o que ocorria na principal artéria da carioca.

Por sua vez, o mobiliário das casas da gente de prol era francês ou, quando feito aqui, sofria a influência de que vinha de Paris. Os tipos de móveis dos estilos Império, Luís Felipe e Napoleão III foram desterrando os antigos móveis de jacarandá — os chamados coloniais — dos salões dos solares. Sômente as casas de chácaras e as de fazendas os conservavam.

Face a tal prosperidade, o Govêrno resolve, em 1847, urbanizar a cidade e fazer levantar o Paço Imperial e o do Senado. Solicitada, a Academia — que era órgão oficial de consulta — toma conhecimento do assunto e indica Grandjean de Montigny e seu adjunto Job Justino de Alcântara para organizarem os projetos. A 29 de abril do ano seguinte o diretor da Academia, Felix-Emilio Taunay, após a aprovação do plenário acadêmico, remete o trabalho dos arquitetos ao Govêrno. A concepção de Grandjean e de Alcântara se apresentou magistral: a grande artéria, chamada de Avenida Imperial ou Avenida Augusta, partia da praça semicircular fronteira à fachada da Academia e se distendia pela Rua Imperatriz Leopoldina até o largo do Rocío Grande. Do outro lado dêste erguer-se-ia o Paço do Senado. Dois braços da Avenida, com jardins, rodeavam o edifício. Juntados êsses braços, a Avenida, infletindo para a esquerda, prolongar-se-ia — tangenciando o barranco leste do morro de Santo Antônio — até o chamado lugar da Ajuda (onde atualmente existe a Praça Floriano). Nesse local, com a fachada voltada para a barra, seria edificado o Paço Imperial. Os jardins, em volta, iriam desde o morro do Castelo até a Rua do Passeio. Os 232 prédios a serem demolidos e o valor das desapropriações — milhão e meio de contos de réis — fizeram fracassar o que fôra projetado. A construção do Paço Imperial

estava orçada em 2.000 contos de réis. O valor de um prédio na zona valorizada da Rua do Passeio não ia além de quarenta contos. E os arquitetos receberam como gratificação, por quase um ano de trabalho, as seguintes quantias: Grandjean, cem mil réis: Alcântara, sessenta. O mais curioso é que naquela ocasião somente a reforma do Paço da Boa Vista iria custar 240 contos, isto é, quase a oitava parte do que deveria ser dispendido com a construção do Paço Imperial.

Da obra arquitetônica de Grandjean de Montigny se destacaram os projetos da Academia, Mercado do Largo do Paço, Palacete do Visconde do Rio Comprido, Praça do Comércio, dois teatros, seu solar da Gávea e várias casas de chácaras. Na qualidade de arquiteto da cidade bateu-se a prol da estética, urbanística e salubridade.

Visava, a par do melhor, o grande, o monumental; o que fôsse digno do Rio de Janeiro. Aliás, essa grandiosidade êle a tinha em tudo: no nome, na competência docente, na sua arte. Nobreza possuía pela bondade de seu caráter, maneira de proceder e nobiliarquia de sua família da Lorena. Afável e acolhedor, criou uma plêiade de cinqüenta arquitetos. Muitos de excepcional mérito. Assim foram: Araújo Porto-alegre (que viria a ser Barão de Santo Ângelo e diretor da Academia), Job Justino de Alcântara, Brigadeiro Joaquim Cândido Guillobel, Major José Maria Jacinto Rebelo, Antônio Batista da Rocha, José Antônio Monteiro, João José Alves, Joaquim Lopes de Barros Cabral, Guilherme Briggs, Joaquim Inácio da Costa Miranda e Bethencourt da Silva (cuja ação e fama se estenderiam durante longo tempo do período republicano). E a título de curiosidade, outros alunos obtiveram sucesso em outras searas: Luís Carlos Martins Pena (mestre da Comédia Brasileira) e Antônio José Maurício Nunes Garcia (irmão do célebre padre), que viria a ser notabilíssimo médico.

A 2 de março de 1850, Grandjean de Montigny viria a falecer. Seu corpo foi enterrado no Convento de Santo Antônio, onde jazia o corpo de sua primeira espôsa, cujo registro não podia ser mais lacônico: «Granjean de Montigny (francesa), aos 15 de 9bro de 1829, Sepultura 32».

TRAJETÓRIAS DE MARC E ZEPHERIN FERREZ

No mesmo ano, Marc Ferrez interrompia a magnífica trajetória docente e artística, ao falecer no dia 31 de março. Dos bustos — inúmeros, bem modelados e vigorosos — que produziu, menção

especial merecem os da Princesa da Beira, Infanta Maria Teresa, D. Pedro I e Visconde de São Lourenço. Não menos proveto em estatuária, executou magistrais figuras para as fachadas da Praça do Comércio e da Academia. Formou sete alunos, dos quais adquiriram renome Francisco Elidio Pamfiro, Honorato Manuel (que lhe fez, em mármore, o magistral busto), Francisco Manuel Chaves Pinheiro (mestre de Rodolfo Bernardelli) e Bethencourt da Silva.

Em meiado de 1851 — dia 22 de julho — deixava a vida quem fôra exímio gravador de medalhas e escultor: Zepherin Ferrez. Vários alunos lhe mantiveram a fama, sendo que três alcançaram justa reputação: José da Silva Santos (que o substituiu na cátedra), Antônio Antunes Teixeira e Geraldo Francisco Pessoa de Gusmão. Abrira notáveis medalhas, servindo de exemplos as da Aclamação de D. João VI, inauguração da Academia, fundação da Sociedade de Medicina e reorganização da Escola Médico-Cirúrgica. Na qualidade de escultor colaborou com o irmão, fez baixos relêvos para a fachada da Academia, bem como a conhecida estatueta de D. Pedro I e um busto de D. Pedro II.

Zepherin Ferrez deixou descendência que lhe manteve bem alto o nome. Seu filho, Marc, tornou-se conhecido e reputado artista fotógrafo, impulsionador da arte fotográfica pelas inovações que nela introduzia e um dos pioneiros da cinematografia no Rio de Janeiro, tendo mantido durante muitos anos, na Avenida Rio Branco e na Cinelândia, o Cinema Pathé. Seus filhos, Júlio Marc e Cândido, coadjuvaram o genitor nos seus empreendimentos e na manutenção do reputado estabelecimento industrial. E o filho de Júlio Marc, Gilberto Ferrez (bisneto, portanto, de Zepherin) mantém a tradição familiar na mesma indústria, sendo renomado historiador e, por tal, figura de primeira plana dêste Instituto.

A OBRA DE FELIX-EMILIO TAUNAY

Naquele mesmo ano de 1851 ocorre o afastamento, a pedido, de Felix-Emilio Taunay da direção da Academia. Nomeado professor de paisagem em 1824, exercera efetivamente o cargo a partir de 1826. E se mantivera na direção desde 1835. Virtualmente integrado na Missão, fôra o verdadeiro consolidador do ensino artístico: pela ação tenaz junto ao governo, diretrizes traçadas para o ensino, melhoria da instalação escolar, criação dos prêmios de viagem e de láureas para os alunos. Visando o prestígio da Academia e o renome dos artistas nela formados, foi defensor intemerato da mesma, e orador constante e fluente nas solenidades acadêmicas.

Pintor de mérito, fêz o primeiro panorama do Rio de Janeiro e deixou valiosos quadros, existentes no Museu de Belas Artes, Museu Imperial (de Petrópolis) e em várias galerias da Europa. Frederico Guilherme Briggs, Job Justino de Alcântara e Joaquim Lopes de Barros Cabral, foram os discípulos que melhor representaram os ensinamentos do mestre.

Dotado daquela fulgurante inteligência que era apanágio do genitor e dos irmãos, Felix-Emilio extravasou a sua seara, pelo que pugnou pela urbanização da cidade, foi autor de valiosos trabalhos literários e tradutor do romance *Inocência*, de seu filho Alfredo de Escragnoille Taunay, Visconde de Taunay. Êste, prócer do Império — notabilíssimo militar, escritor e historiador, vice-presidente do Instituto — mantivera sempre ativa e divisa do Brasão dos Taunay: *Devoir fait droit*. O mesmo ocorreria com o seu filho o excepcional historiador Afonso de Escragnoille Taunay — glória do Instituto e do Brasil — e com todos os seus descendentes, em quaisquer esferas de ação: na diplomacia, marinha de guerra, arquitetura, museologia e carreiras liberais. Felix-Emilio viria a falecer nesta Capital, em 10 de abril de 1881, contando 86 anos de idade.

OS RESULTADOS

Não obstante tudo quanto entorpecera ou retardara a ação dos mestres franceses, ela se apresentou notável, porquanto substituiu o ensino empírico, o auto-didatismo ou a adaptação imitativa vigorantes — por uma orientação pedagógica. Dêsse modo, uma metodologia orientou o ensino e fixou as diretrizes dos trabalhos práticos, para assim atingir finalidades.

Na arquitetura, os padrões barroco, jesuítico, churrigueiresco ou plateresco, são substituídos pelo neo-classicismo. O clássico francês, de feição Imperial, passa pela ação dos alunos de Grandjean de Montigny a converter-se no que se pode denominar estilo imperial brasileiro. Ocorre, a seguir, uma neo-renascença brasileira que, conjugada com o Imperial, permite hábil fusão; de que são exemplos, magníficos, a Santa Casa, a atual sede da Reitoria da Universidade Federal, e o palacete da Marquesa de Santos. E na discreta renascença adotada, o protótipo é o palácio Itamarati. A concepção de monumentos públicos de natureza comemorativa fica, igualmente, posta em evidência.

Na pintura, passaram a ser objetivados os trabalhos de feição clássica, mitológica, histórica ou paisagística. A cópia ao vivo

torna-se realidade. Os retratos de corpo inteiro são lançados com arrôjo. Um conjunto de composição suntuária ou mobiliária, os rodeia em geral. O agrupamento de figuras, num mesmo quadro, tem as suas possibilidades provadas. O emprêgo de tintas até então desconhecidas, permite que as obras pictóricas apresentem novos coloridos, tênues claro-escuros, sombras adequadas, panejamentos mais ressaltados.

Na escultura vicejou o academicismo; com as proverbiais características de equilíbrio, boa anatomia, verossemilhança e perfeição dos detalhes. A estátua profana tem o caminhar lançado.

A gravura de medalhas fica implantada; com feliz composição alegórica e perfeição técnica no difícil burilado. Ocorrem as primeiras fundições, em bronze, de medalhas.

AS CONSEQUÊNCIAS

Constituiu fator preponderante para a difusão da cultura artística, o início da pinacoteca nacional com os quadros trazidos por Lebreton; alguns dos quais constituíam obras notáveis de Leonardo da Vinci, Canaletto, Jouvenet, Carraci, Tintoreto, Lebrun, Sasso Farrati, Franz Frank. E, mais; excelentes cópias de Rafael, do Dominichino, de Poussin.

As primeiras exposições de belas artes realizadas no Brasil constituíram, outrossim, fatos marcantes que decorriam da presença da Missão. Debret as inicia, em carácter particular, no ano de 1829. Obtém sucesso. E, assim, realiza a segunda no ano seguinte. Caberia a Felix Emilio Taunay a iniciativa de realizar Exposições Gerais de Belas Artes. Leva a efeito onze, de 1840 a 1851; tôdas exibindo inúmeros e valiosos trabalhos de mestres, alunos e amadores. Até a atualidade, tais mostras de arte tem efetivação anual.

Riqueza artística foi a deixada pelos missionários, não só pelo acervo de obras que viriam pertencer ao Museu de Belas Artes, como, igualmente, pelo que proveio — na arte e no ensino — de seus discípulos ou dos sucessores dêstes. Aí estão, sempre recordados, os nomes dos escultores Chaves Pinheiro, Almeida Reis, Benevenuto Berna e Rodolfo Bernardelli; pintores Agostinho da Mota, Zeferino da Costa, Vitor Meireles, Pedro Américo, Rodolfo Amoedo, Batista da Costa; arquitetos Araújo Porto-alegre, Bethencourt da Silva e Heitor de Cordoville.

PRESENÇA DA FRANÇA DURANTE E DEPOIS DA MISSÃO

Se marcada fôra a presença artística dos mestres franceses da Academia, ocorreria que outros artistas da mesma nacionalidade viriam a ser, na qualidade de pintores, contemporâneos dos mesmos. Assim foram Claude — Joseph e Charles — Joseph Barandier, Louis — Auguste e François — René Moreau (discípulos do Barão Gros), Louis Constant Bellisle (introdutor da pintura a pastel), Paul de Geslin (notável restaurador), Mme. Gros de Prangey (aquarelista, pastelista e miniaturista), Jean Baptiste Borely e Raymond Quinsac Montvoisin, que, transferindo-se para o Chile, nêle fez excepcionais retratos de senhoras de prol, sendo considerado pintor nacional.

Embora nascido no Rio de Janeiro, mas francês em tudo, Léon Pallière Grandjean Ferreira, neto de Grandjean de Montigny, conquista, em 1849, o prêmio de viagem. Era pintor histórico, tendo aprendido pintura com o genitor Armand Julien Pallière, professor da Academia Militar, capitão graduado do Imperial Corpo de Engenheiros e pintor da Imperial Câmara. Mas Léon Pallière, gozado o prêmio, vai para a Argentina e ali, como exímio pintor, aquarelista e hábil gravador, produziu de tal forma que passou a ser tido como artista nacional.

Depois da metade do século, viriam ter ao Rio de Janeiro outros pintores de nomeada: Jules Le Chevrel (retratista e alegórico, sucessor de Felix-Emilio Taunay na cátedra), François-Auguste Biard (que tornou-se pintor da Imperial Cymara), Hipolythe Caron, Emile Rouède, Louis-Alphonse Burgain, o famoso Henri Vinet e Auguste Petit (que ainda na República retratou meio mundo).

Ainda naquela época e noutras searas: Joseph Mil (caricaturista); Villeneuve, Martignon, Adet e Duprat (jornalistas); Faivre, Sigaud, Couty e Janvrot (médicos); Chamisso e Gaudichard (botânicos); Descourtilz (zoólogo ornitologista); Gambier e Archer (silvicultores); Glaziou e Binot (arquitetos paisagistas); Bourgain, Taulois, Geslin e Doux (educadores); Garnier (livreiro); Bourgoing d'Orly (filósofo e escritor); Sisson e Frond (escritores e impressores); João Gustavo de Frontin (engenheiro, genitor de Paulo de Frontin). E, mais, os oficiais franceses ou descendentes deles: Emilio Mallet (depois Barão de Itapevi, patrono da artilharia brasileira), La Baumelle, Hugo de Fournier.

Além de influenciar no campo das belas artes e nos demais que antes foram assinalados, a presença da França fez-se igualmente

sentir, naqueles quatro decênios que precederam a República, quer no setor da Cultura — através de livros, publicações e revistas —, quer no setor da literatura, pelo veículo do romantismo e do parnasianismo. Não menor influência exerceria, desde o fim do Império, nos meios cultos e círculos militares, o positivismo de Augusto Comte. E até na urbanística o mesmo ocorrera, porquanto pelo reflexo da obra de Haussmann, em Paris, foram abertas nesta Capital grandes vias públicas, que receberam a denominação de *Boulevard*. Houve, dêsse modo, o *Boulevard* de Vila Isabel (depois chamado 28 de Setembro) e o do Imperador (após denominado de São Cristóvão).

A perenidade dos sobrenomes dos que, franceses, foram encontrados pela Missão por ocasião de sua chegada, mantida pela ilustre descendência — cuja integração em a nacionalidade brasileira ocorreu — deve ser apontada, para orgulho da França e do Brasil.

Assim, vindo a chamado do governo em 1811, François-Augustin Guillobel, técnico e fiel da Casa da Moeda, possuía espírito de esteta e dominava a arquitetura, pelo que organizou magistral plano para converter o Campo de Santana numa praça monumental, cercada de grandes edifícios, dentre os quais haveria um destinado às belas artes e outro a um instituto histórico. Já naturalizado, foi genitor do antes referido oficial e arquiteto, Joaquim Cândido Guillobel; avô do Ministro da Marinha Almirante José Cândido Guillobel; bisavô do Almirante-de-Esquadra Renato de Almeida Guillobel (que também foi Ministro da Marinha e atualmente preside o Instituto Histórico do Estado da Guanabara) e de seus irmãos, comandante Nelson Guillobel e diplomata Lourival de Guillobel.

Ao ramo Guillobel também pertenceram o Comandante Sebastião Guillobel (professor da Escola Naval) e o General Vitor Guillobel. Ambos emparentados com Vitor Resse, barão de São Vitor, que, associado a François-Augustin Guillobel, mantivera importante joalheria, na qual eram fabricadas as condecorações imperiais, criadas pelo exímio heraldista e escrivão da nobreza Louis-Alexis Boulanger, e, algumas, desenhadas por Debret.

Por sua vez, os irmãos Beaurepaire viriam a ser excepcionais figuras: o Conde de Beaurepaire (herói da Independência, atingiu ao Marechalato); um filho, Visconde de Beaurepaire Rohan (notável diretor de obras do Município da Côte, propugnador da demolição do morro do Castelo e da canalização do Mangue — antes de

Mauá vice-presidente dêste Instituto); o outro filho, Major Luís de Beaurepaire Rohan (bravo da guerra do Paraguai, literato e filólogo). O outro irmão do conde, Teodoro Alexandre participante das campanhas da emancipação nacional, atingiu ao pôsto de vice-almirante.

Os dois filhos do Capitão Cândido Bellegarde — comandante do Corpo de Artilharia de Marinha que guarnecia a nau em que viajara a Família Real — Henrique e Pedro de Alcântara, foram destacadas figuras do exército: o primeiro, proveto engenheiro militar, sócio correspondente dêste Instituto; o segundo, diretor do Arsenal de Guerra e da Escola Central, Ministro da Guerra e da Agricultura, sócio fundador e orador desta instituição.

O chefe da família Escragnoille, conde dêsse nome, assinalou-se pela bravura e lealdade à pátria de adoção. Seu filho, brasileiro, feito barão do mesmo nome, serviu em várias campanhas sob as ordens do então Barão de Caxias.

O técnico da Missão, Jean-Baptiste Level, deixou um filho, engenheiro, que, com o colega Braconot, construiu os modelares vasos de guerra que participaram da campanha do Paraguai.

Na República persistiria a influência de cunho francês, podendo ser apontada a que, no ensino da Escola Nacional de Belas Artes, foi exercida por mestres da estirpe de Daniel Bérard, Eugênio Latour, irmãos Chambelland, Augusto Bracet e Petrus Verdié.

E numa exemplificação final, citados sejam os nomes dos que, de descendência francesa, honram atualmente, além de Gilberto Ferrez, o Instituto; os eminentes historiadores Almirante Lucas Alexandre Boiteux e Prof. Américo Jacobina Lacombe.

O INSTITUTO E A MISSÃO

A obra benemérita dos artistas franceses sempre foi devidamente reconhecida nesta casa da história do Brasil. Por sua vez, alguns ligaram-se a ela através de várias obras.

Zepherin Ferrez ficou perenemente vinculado ao Instituto, porquanto para comemorar a fundação do mesmo, a 21 de outubro de 1838, executa a medalha distintiva, tendo no anverso um Gênio figurando gravar com buril aquela data na rocha do Pão de Açúcar.

Não tinha o Instituto um ano de existência e já galardoava Debret. Coube a Araújo Porto-alegre — membro de destaque do

Instituto, como viria a ser em vários setores da cultura e da arte — propor, a 18 de maio de 1839, a escolha do mestre francês para sócio correspondente na França. A 15 de junho fica a proposta homologada. Feita a comunicação, Debret, em carta de 8 de fevereiro do ano seguinte, mostra-se grato e promete levar à *Académie Royale des Beaux Arts les preuves authentiques des lumières scientifiques et artistiques brésiliennes*.

Novamente Debret seria alvo de homenagem do Instituto na sessão de 1 de agosto de 1840, pois, tendo oferecido o 1º volume da *Voyage Historique et Pittoresque*, a comissão constituída do Conselheiro Bento da Silva Lisboa e J. D. de Ataíde Moncorvo, ao apreciar a obra, tece parecer com os maiores elogios à mesma e ressalta a satisfação que tivera ao constatar os conceitos favoráveis que ele fazia a respeito de seus discípulos brasileiros.

A realização, em 1914, do 1º Congresso de História Nacional, promovido pelo Instituto, ensejou a apresentação do magistral trabalho de mestre Afonso de Escragnolle Taunay sobre a Missão.

Nos Anais do Congresso comemorativo do Centenário do Instituto fica publicado trabalho de quem sempre se tem mostrado admirador e defensor da ação dos componentes da coorte em aprêço.

Dos notáveis bustos que ornaram o Instituto, um é devido a Auguste-Marie Taunay: o de Minerva, colocado no vestibulo de entrada. O outro, busto de Camões, saiu das mãos de Marc Ferrez.

A CONSAGRAÇÃO

Teria de chegar a ocasião do definitivo julgamento daqueles que tanto deram de si, mantendo bem alto o nome da França.

Se condecorações e títulos honoríficos mereceram as invulgares efígies reproduzidas foram para conhecimento da posteridade; livros e estudos, focalizando-os, os fizeram conhecidos; e a fama lhes foi proclamada pelos alunos — faltavam dois atos para nimbar-lhes a glória: um de feição popular; outro, de natureza acadêmica.

O de feição popular ficou caracterizado pelo majestoso cortejo que o clube Unidos de São Carlos fez desfilar na cidade no Carnaval deste ano. Cantando um samba de rica melodia e dançando a primor, um conjunto de 1.500 figurantes e 80 músicos —

ricamente fantasiados — prestou homenagem aos artistas franceses e a outros mestres da Escola Nacional de Belas Artes, cujas feições estavam reproduzidas em painéis. Na sua deliciosa simplicidade, o canto, daquela evidente demonstração de cultura do povo brasileiro, proclamava:

*Glória a êsses baluartes
Que no Brasil defenderam as artes.*

Por fim: nesta sessão ocorre, com a proverbial austeridade, a consagração acadêmica, consubstanciada pela aura de benemerência que, aos mestres da Missão Artística de 1816, outorga o venerável Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.